

**Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo
on-line: quais são as vozes convocadas para falar
sobre a situação de rua?**

*Representation of homeless people in online journalism: which
voices are called to talk about the homeless?*

Viviane de Melo Resende

Universidade de Brasília (UnB/ CNPq), Brasília, Distrito Federal, Brasil
resende.v.melo@gmail.com

Resumo: Parte do projeto de pesquisa “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (CNPq 304075/2014-0), este trabalho focaliza formas como a mídia jornalística eletrônica brasileira representa a população em situação de rua em notícias. Com base nos estudos discursivos críticos, e tirando proveito dos ambientes de investigação constituídos na Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza (REDLAD/ALED), no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/UnB) e no Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB), a investigação focaliza a extrema pobreza como problema social que inclui facetas discursivas, já que os modos como se representa a situação de rua em textos têm influência sobre os modos como a sociedade compreende o problema e reage a ele, o que também impacta sobre os modos como pessoas que enfrentam a situação de rua se identificam e se relacionam no tecido social. Assim, abordam-se facetas semióticas dessa problemática, tendo como foco específico a pesquisa documental de textos noticiosos publicados na mídia eletrônica, no Brasil, acerca desse grupo populacional. Os objetos da investigação são textos coletados nos portais dos jornais *O Globo*, *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*,

considerado o recorte temporal de 2011 a 2013. Os dados coletados nos três portais de notícias, resultando mais de 750 textos, foram organizados com auxílio do *software* NVivo, e analisados com base em categorias discursivas propostas em ADC. As análises mostram quais vozes são convocadas para falar da situação de rua nesses *corpora*, deixando ver que vozes em situação de rua aparecem apenas em contextos bastante específicos. Nos dados analisados, pessoas em situação de rua são avaliadas principalmente na articulação de vozes de moradores/as locais, com predominância de avaliações como ‘incômodas’ e ‘perigosas’.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; NVivo; representação; situação de rua; jornalismo eletrônico.

Abstract: Part of the research project “Media representation of violation of rights and violence against homeless people in online journalism” (CNPq 304075/2014-0), this paper focuses on the ways the Brazilian electronic news media represents homeless people in the news. Based upon Critical Discourse Analysis, and taking advantage of research environments of the Latin American Network of Critical Discourse Analysis of Poverty (REDLAD), the Center for Studies in Language and Society (NELiS/UnB) and the Critical Discourse Studies Laboratory (LabEC/UnB), the research focuses on extreme poverty as a social problem with discursive facets. The project approaches semiotic aspects of this problem, with the specific focus on documentary research of news articles published in the electronic media, in Brazil, about this population group. The objects of research are texts collected in the portals of the newspapers O Globo, *Correio Braziliense* and *Folha de S. Paulo*, considered the time frame of 2011 to 2013. Data collected in these three news portals, resulting in more than 750 texts, were organized with the software NVivo, and analyzed under discursive categories proposed in Critical Discourse Analysis. Analyses show what voices are invited to talk about the homeless in these *corpora*.

Keywords: Critical Discourse Analysis; NVivo; representation; homelessness; electronic journalism.

Recebido em 18 de julho de 2016.

Aprovado em 21 de setembro de 2016.

Introdução

O projeto de pesquisa “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (CNPq 304075/2014-0) é um projeto colaborativo, que coordeno com a participação da professora Carolina Lopes Araújo (FUP/UnB) e das bolsistas Ingrid Ramalho, Mariana Moura e Lygia Vaz (IL/UnB). Com base nos estudos discursivos críticos, e tirando proveito dos ambientes de investigação constituídos na Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza (REDLAD/ ALED), no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/UnB) e no Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB), a investigação focaliza a vulnerabilidade da situação de rua como problema social que inclui facetas discursivas, já que os modos como se representa a situação de rua em textos têm influência sobre os modos como a sociedade compreende o problema e reage a ele, o que também impacta sobre os modos como pessoas que enfrentam a situação de rua se identificam e se relacionam no tecido social.

Assim, abordam-se no projeto facetas semióticas dessa problemática, tendo como foco específico a pesquisa documental de textos noticiosos publicados na mídia eletrônica, no Brasil, acerca desse grupo populacional. O objetivo geral do projeto é mapear e analisar representações da *violação de direitos* e da *violência* contra pessoas em situação de rua na produção discursiva dos portais de notícias de três jornais de abrangência nacional – *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio Braziliense*. Para tanto, foi realizado um mapeamento abrangente dessas publicações, com coleta de todos os textos publicados no período considerado para a pesquisa – de 2011 a 2013 – que resultaram das buscas pelas palavras-chave: “morador(a)(es) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “população (em situação) de rua”. As buscas nos três portais, juntas, levaram a 752 textos.

Como parte desse projeto abrangente, este artigo focaliza formas como a mídia jornalística eletrônica brasileira representa a população em situação de rua em notícias, mas sem ainda fechar o foco nos temas da violação de direitos e da violência. Isso porque, para melhor compreender as especificidades dessa representação tematicamente recortada, consideramos necessário um mapeamento mais abrangente da representação desse grupo populacional em notícias publicadas nos veículos de jornalismo eletrônico. Por isso, neste texto abordam-se os

dados focalizando todos os temas mapeados nos textos: drogas, políticas públicas, violação de direitos, violência e outros temas.

Por outro lado, para este artigo, decidi fechar a discussão analítica sobre os jornais *Correio Braziliense* e *O Globo*. A motivação para isso é que a *Folha de S. Paulo* apresenta-se *sui generis* nos dados que retornou da pesquisa: esse periódico publica muito mais textos sobre a população em situação de rua que os outros dois jornais abordados na pesquisa, tendo resultado 465 textos no período investigado, mais da metade dos textos dos três *corpora*. Os textos publicados na *Folha*, além disso, têm um foco ainda mais fechado na temática da violência que os textos dos outros dois jornais investigados. A representação situação de rua na *Folha de S. Paulo* será, então, objeto de uma reflexão separada, antes que possa ser comparada aos demais jornais considerados na pesquisa.

Assim, neste texto, lanço olhares sobre os 287 textos dos *corpora* do *Correio Braziliense* e de *O Globo*, sem restringi-los tematicamente, objetivando responder às questões: (1) Quando esses veículos jornalísticos eletrônicos representam a situação de rua, quais são as vozes convocadas a falar sobre/por essa população? (2) Sobre quais temas dá-se voz à própria população em situação de rua? (3) Como a população em situação de rua é avaliada nesses veículos jornalísticos eletrônicos? Essas perguntas serão abordadas na perspectiva panorâmica possibilitada pelo *software* de organização e análise de dados qualitativos que usamos na pesquisa, o NVivo. A análise micro de um recorte desses dados será etapa subsequente do projeto de pesquisa integrado.

Para dar conta desse objetivo, este artigo foi dividido em quatro seções. Na primeira, contextualizo a situação de rua no Brasil atual e procuro justificar a pesquisa discursiva desse problema social. Na segunda, focalizo mais detidamente o funcionamento social da linguagem como objeto teórico da Análise de Discurso Crítica, campo interdisciplinar em que o grupo de pesquisa movimenta-se. Em seguida, na terceira seção, apresento os procedimentos de organização, classificação e codificação dos dados no *software* NVivo. Na seção seguinte, discuto alguns resultados analíticos dessa abordagem macro dos dados, que permitiu uma visão ampla da representação da situação de rua nos jornais, especialmente em termos dos grupos sociais convocados a falar sobre o tema nessas mídias e as avaliações que realizam acerca da população em situação de rua. Por fim, apresento algumas considerações finais-iniciais sobre esta etapa da investigação.

1 Situação de rua, violência e representação discursiva

Na retomada histórica que realiza a respeito da situação de rua, Santos (2013) relembra que, embora a vida nas ruas seja recorrente desde a Antiguidade, a condição de vulnerabilidade associada ao contexto urbano desenha-se como questão social, no mundo, com o advento da Revolução Industrial. No caso brasileiro, como os processos de industrialização são tardios, quando comparados com os contextos europeus, pode-se situar na abolição do regime escravocrata, processo realizado sem as necessárias reformas estruturais – reforma agrária, por exemplo – um marco na constituição de um expressivo contingente populacional vivendo nas ruas: “[s]em ter como se sustentar de forma satisfatória, os/as ex-escravos/as (...) redesejavam em terras brasileiras – ainda não dentro de um contexto industrial – a realidade europeia: ocupando espaços públicos, oferecendo seus serviços ou simplesmente pedindo esmolas” (SANTOS, 2013, p.38). O processo de industrialização deu continuidade às práticas de reprodução dessa sociedade excludente, mantida a estrutura agrária e a concentração dos meios de produção. A pobreza, convertida em miséria, consolidou-se definitivamente como um problema urbano (NASCIMENTO, 2003) e, segundo Soares (2003, p.54), “a concentração da pobreza absoluta nas áreas metropolitanas destaca-se como uma das tendências mais relevantes da distribuição de renda no período recente”.

Definida como um grupo populacional de características heterogêneas, pois composto de pessoas com diferentes histórias de desagregação, a população em situação de rua compartilha, segundo Costa, “a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal”. São pessoas que “têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais”, mas que depararam com situações diversas (“seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo”) que conduziram ao mesmo resultado: a perda de “perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia” (COSTA, 2005, p.3). Para a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto 7.053 em dezembro de 2009, população em situação de rua refere-se ao

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, Art. 1º Parágrafo Único).

Para Resende e Silva (2016), a instituição dessa Política Nacional deu-se em uma conjuntura de inédito interesse político federal no debate público da situação de rua. Em 2005, a Lei 11.258 incluiu parágrafo na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), prevendo a criação de programas destinados à população em situação de rua nos serviços de assistência social. No ano seguinte, a Portaria 381, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), assegurou recursos federais, destinados a municípios com mais de 300 mil habitantes, para apoiar a oferta de serviços de acolhimento destinados à população em situação de rua. Na esteira desse processo, em 2008, o MDS ainda publicou o sumário executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 como “fruto de um acordo de cooperação assinado entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” (BRASIL, 2008, p. 3).

A pesquisa nacional realizada pelo MDS identificou 31.922 pessoas vivendo nas ruas no Brasil em 2008, mas esse número, ainda que expressivo, não deve ser tomado como o contingente total dessa população, pois foram investigados apenas 71 municípios, e a pesquisa não realizou um censo propriamente dito – as pesquisas censitárias no Brasil, por serem baseadas em domicílio, não alcançam a população em situação de rua (BRASIL, 2008). Estima-se que vivam em situação de rua no Brasil cerca de 50.000 pessoas (COLIN, 2013). Trata-se, então, de um problema social que tem impacto sobre amplos setores da população, constrangidos na fruição de seus direitos de cidadania e na realização plena de seu potencial.

O interesse público pelo debate do tema e pelo enfrentamento do problema no Brasil, ainda que deva ser comemorado como conquista fundamental em direitos humanos, é muito recente – e agora essa

conquista, como muitas outras, põe-se em risco, com o recrudescimento do conservadorismo na política brasileira. Devemos reconhecer que somos uma sociedade apartada, que permite a máxima exclusão de uma parcela de si, que se permite não querer ver e não querer se importar com o que se passa na esquina. No que se refere à extrema pobreza e à situação de rua especificamente, podemos perceber relação entre discurso e desmobilização da sociedade civil. Por exemplo, no campo dos discursos sobre a pobreza extrema, especialmente aqueles dispersos pelos meios massivos de comunicação, fortalecem-se representações que responsabilizam as pessoas extremamente pobres por sua situação, o que tem como consequência que deixa de ser percebida como uma injustiça à qual se deve responder com ação política (DEJOURS, 2003). A justificativa do ‘sucesso/ fracasso social’ em termos de ‘competência/ incompetência pessoal’ legitima a exclusão de parcelas cada vez mais significativas da população do trabalho no setor moderno, e pode ser determinante da formação de uma ética de apartação, de “aceitação da miséria ao lado da riqueza, separação de classes, consolidação dos privilégios, exclusão” (BUARQUE, 2003, p.72).

O conceito de apartação envolve não apenas a desigualdade social, mas a separação entre grupos sociais. Nesse sentido, uma sociedade apartada é, necessariamente, uma criação social, e não apenas ‘consequência’ de um ‘desenvolvimento’. Buarque (2001, p.34) propõe um contínuo entre os conceitos de desigualdade, diferença e dessemelhança. Em um caso de desigualdade, as classes sociais, embora desiguais, convivem em uma relação de necessidade mútua, e todas têm acesso aos bens essenciais como alimentação, saúde, educação. O que as torna desiguais é o acesso ao consumo de bens e serviços considerados supérfluos. Nesse sentido, a desigualdade social constitui a distinção entre pessoas do mesmo lado da fronteira social. A diferença, por outro lado, refere-se à distinção entre os dois lados dessa fronteira. O que distingue a dessemelhança da diferença é a perda do “sentimento de semelhança”, do juízo ético que nos faz sentir, todos/as, membros de uma mesma espécie de indivíduos. Pensar na dessemelhança é desconcertante, mas não inusitado, em um contexto que apresenta repetidas chacinas, assassinatos brutais de seres humanos por seres humanos que já não se identificam com as pessoas que habitam as ruas das cidades. Ao mesmo tempo em que a globalização une no tempo espaços geograficamente afastados, separa mundos sociais que compartilham o mesmo espaço-tempo. Em outras

palavras, Bourdieu (1997, p.11) argumenta: “há lugares que aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na compreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem”.

Nesse contexto, os/as extremamente pobres passam a ser considerados/as economicamente desnecessários/as, porque a industrialização reduz a necessidade de trabalhadores/as, sobretudo aqueles/as considerados/as ‘desqualificados/as’; socialmente incômodos/as, “por causa da degradação urbana provocada pela pobreza”; e politicamente ameaçadores/as, uma vez que a exclusão de parcela significativa da sociedade acarreta situações de violência (BUARQUE, 2003, p.32). Ser considerado/a desnecessário/a, incômodo/a e ameaçador/a muitas vezes implica tornar-se também passível de eliminação, não apenas simbólica, mas também física. De acordo com Nascimento (2003, p.62), “estes grupos sociais passam a ‘não ter direito a ter direitos’. Sem serem reconhecidos como semelhantes, a tendência é expulsá-los da órbita da humanidade. Passam, assim, a ser objeto de extermínio”. É o que temos presenciado, estarecidos/as, nos casos de chacinas contra essa população.

Segundo pronunciamento da então ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), no “Seminário Brasil – União Europeia para Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua”, realizado em julho de 2013 em Brasília, a maior parte dos assassinatos de pessoas em situação de rua cometidos no Brasil é com arma de fogo, e como a população em situação de rua não possui armas de fogo não se trata de violência intragrupo, mas de extermínio (NUNES, 2013). Mas são esses crimes representados na mídia jornalística como resultado da ação de grupos organizados? E como são representadas as vítimas dessa violência? Esses questionamentos foram a motivação inicial para a proposição, em 2014, do projeto de pesquisa integrado de que este artigo é um pequeno recorte.

O projeto propõe analisar como veículos do jornalismo *on-line* representam a dinâmica da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua. Com base em pesquisas anteriores, sabemos que a chamada ‘grande mídia’ – ou a ‘mídia grande’, como me parece mais apropriado (pensem na diferença entre uma ‘grande pessoa’ e uma ‘pessoa grande’) – tende a representar as representações preconceituosas da população em situação de rua (MATTOS, FERREIRA, 2004; PARDO ABRIL,

2008; SILVA, 2009; ACOSTA, 2012; RESENDE, 2012; RESENDE, SANTOS, 2012; PARDO, 2012; RESENDE, RAMALHO, 2013), e sabemos que essa tendência não é nova; ao contrário, remonta aos “anos iniciais da consolidação da imprensa no Brasil”, como aponta Santos (2013). Reconhecida a importância da ação midiática para a consolidação de formas de representar e interpretar a realidade, essas representações, muitas vezes repetidas em diferentes tipos de textos, também têm efeitos potenciais nos modos como agimos em relação à situação de rua. A repetição de representações pejorativas e sua aceitação pela sociedade, servindo de base para preconceito, poderiam explicar, ao menos em parte, os casos de violência extrema e de violação dos direitos desse grupo populacional?

2 Funcionamento social da linguagem: aparato teórico para uma análise discursiva crítica

O argumento básico que sustenta a análise discursiva crítica como aparato para a explanação de problemas sociais particulares é que a linguagem mantém um tipo especial de relação com outros elementos sociais. Os textos que formulamos e que são parte dos modos como agimos na sociedade não apenas são efeitos das situações sociais imediatas, mas também têm efeitos sobre elas. Mais que isso, relacionam-se também a conjunturas sociais mais amplas, já que a vida social é um sistema aberto, em que redes de práticas particulares configuram conjunturas, e as práticas em articulação se influenciam mutuamente.

Antes de tudo, importa compreender que a linguagem está presente, em maior ou menor medida, em todas as práticas sociais, seja diretamente, na configuração mesma das práticas, seja na forma de reflexividade sobre as práticas, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999). De acordo com essa ontologia da linguagem na sociedade, a vida social é constituída de práticas, e as práticas sociais são modos de ação habituais da sociedade institucionalizada, traduzidos em ações materiais, em modos habituais de ação historicamente situados, que incluem a ação discursiva.

David Harvey teorizou as práticas sociais como compostas de momentos em relações de relativa estabilidade: formas de atividade, pessoas (com crenças, valores, desejos, histórias), relações sociais e institucionais, tecnologias, tempos e espaços, linguagem e outras formas

de semiose. Esses momentos da prática social se entrecruzam em relações de interiorização. Tomando essa teoria social como substrato para recontextualização, Chouliaraki e Fairclough (1999), e depois Fairclough (2003, 2010), buscaram teorizar em maior detalhe o papel da linguagem na configuração de práticas. Em sua reformulação, sugerem as práticas sociais como compostas de quatro momentos em articulação (semiose, fenômeno mental, atividade material e relações sociais), e com base no funcionalismo de Halliday (2004) detalham os momentos internos do aparato semiótico das práticas (propondo os significados acional/relacional, representacional e identificacional, ligados respectivamente aos conceitos de gêneros, discursos e estilos).

Assim, sustentam que textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais – acarretam mudanças em nosso conhecimento, em nossas crenças e atitudes; essas mudanças não estão, contudo, em uma relação unilateral, já que a relação entre estrutura e ação social é transformacional, argumento teórico que trazem do Realismo Crítico (BHASKAR, 2008). Isso significa dizer que atores sociais são socialmente constrangidos, mas suas ações não são totalmente determinadas. Embora haja constrangimentos sociais definidos pelos poderes causais de estruturas e práticas sociais, os atores sociais são dotados de relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras na (inter)ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas – isso inclui, é claro, a possibilidade de ação discursiva criativa, ou seja, a existência de potencial para subversão de relações sistemáticas entre gêneros, discursos e estilos (RAMALHO; RESENDE, 2011).

De acordo com essa concepção da vida social, as estruturas sociais – incluindo a estruturação social do potencial semiótico – são compreendidas como configurações prévias à ação, que dotam a ação de recursos, mas também a constroem; e as ações, por sua vez, são possíveis graças às estruturas, mas também podem, ao longo do tempo, transformar as configurações estruturais. Por isso, a vida social é um sistema aberto, nunca acabado, sempre passível de transformação.

Acreditar na possibilidade de estabelecimento de relações inovadoras em nossa ação no mundo não é o mesmo que celebrar uma liberdade absoluta. Dizer que a liberdade é relativa significa reconhecer a existência também de pressões pela manutenção de configurações estruturantes, o que se associa à noção de poder como controle. Discutir poder como controle exige uma apreensão do funcionamento

da linguagem na sociedade, e esse argumento sustenta a relevância dos estudos críticos do discurso (RESENDE, 2009a). Sobre isso, podemos lançar mão dos escritos de van Dijk (2001), que chama atenção para o fato de que grupos sociais particulares são detentores de maior poder quando são aptos a controlar ações de outros grupos, isto é, quando são capazes de definir as bases relativas para a ação social, por exemplo, controlando instituições do aparato de governança.

Fairclough (2003) sustenta que textos noticiosos realizam gênero de governança, por entender que reorganizam séries de eventos relatados fora de sua ordem lógica e cronológica, e por isso caracterizam uma forma de regulação social. A análise de notícias como material empírico para a abordagem de problemas sociais como as representações da violação de direitos e da violência justifica-se porque, conforme o mesmo autor, a produção de histórias em notícias é reconstrução de acontecimentos fragmentários como eventos distintos e separados, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros, assim como organizando esses eventos construídos em relações particulares.

A produção de notícias, portanto, é um processo interpretativo e construtivo, e não simplesmente um relato ‘dos fatos’. Notícias também podem ter “uma ‘intenção explanatória’ relacionada à ‘focalização’: dar um sentido a eventos colocando-os em uma relação que incorpora um ponto de vista particular” (FAIRCLOUGH, 2003, p.84-5). Assim, em ADC, textos noticiosos são compreendidos como parte do aparato de governança, porque notícias são orientadas para a regulação e o controle de eventos e da maneira como as pessoas reagem a eventos. Por meio de classificações que legitimam a diferença, a injustiça social pode ser naturalizada e deixar de ser questionada como injustiça, passando a ser compreendida como um estado natural de coisas (RESENDE, 2009b). Isso pode ter o efeito de destituir grupos em situação de precariedade de sua condição essencial de sujeitos de direitos, e de minar suas possibilidades de articulação e resistência.

3 A pesquisa: os dados e o tratamento dos dados

O projeto “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line*” é um projeto colaborativo do qual participam, além de mim, a professora Carolina Lopes Araújo e as bolsistas Ingrid Ramalho, Mariana Moura e

Lygia Vaz, todas da Universidade de Brasília. Essa equipe de pesquisa reúne-se semanalmente para discutir os procedimentos da investigação e a análise dos dados. Sou muito grata a essas pesquisadoras por seu engajamento no projeto que coordeno, e reconheço que sem sua colaboração seria muito difícil lidar com *corpora* de pesquisa tão extensos.

Nesta seção, quero fazer justiça a esse labor, contando um pouco do que fizemos, desde a coleta de dados até sua análise. Com isso, também espero lançar luz sobre o fazer analítico, que muitas vezes, quando mostramos os resultados de nossas análises, pode parecer um passe de mágica, mas não é, de forma alguma. Análises não brotam dos dados; ao contrário, são resultado, como sabemos, de muitas horas de dedicação ao trabalho.

Apoiado pelo CNPq, o projeto tem como um de seus objetivos identificar representações que circulam no discurso da mídia, mais especificamente no jornalismo *on-line*, a respeito de pessoas em situação de rua, especialmente quando são vítimas de formas de violência que impliquem a negação de seus direitos de cidadania. Foram considerados três importantes jornais de circulação em âmbito nacional no Brasil: *O Globo* (oglobo.globo.com/), *Correio Braziliense* (correioweb.com.br) e *Folha de S. Paulo* (folha.uol.com.br), e foram coletadas todas as notícias publicadas entre 2011 e 2013 e acessíveis por meio dos argumentos de busca “morador(a)(es) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua”, “população (em situação) de rua” nos portais *on-line* desses jornais. Dessas buscas, resultaram 752 textos: 166 do *Correio Braziliense*; 121 de *O Globo*, e 465 da *Folha de S. Paulo*. Diante desses *corpora*, julgamos necessário o uso de *software* para a organização dos dados.

Os dados foram organizados na plataforma do NVivo 11 Pro. Primeiro, criamos pastas para a simples separação dos dados em função dos anos de publicação e das temáticas desenvolvidas nos textos. A leitura inicial dos dados sugeriu ser suficiente a separação dos dados em cinco temas: drogas, violência, políticas públicas, violação de direitos e outros temas. Assim, para cada jornal, dentro da pasta de cada ano, organizamos cinco subpastas temáticas, e aí dispusemos todos os dados coletados, como exemplifica a Figura 1:

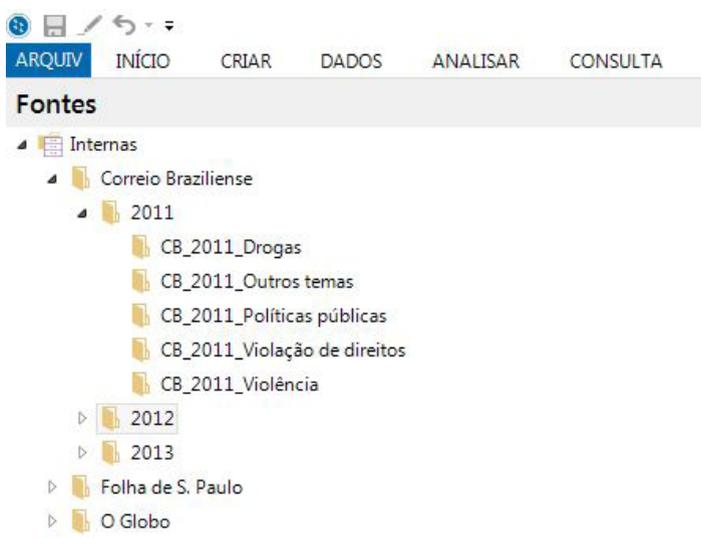


Figura 1 – Subpastas temáticas na pasta *Correio Braziliense* 2011.

Na Figura 1, está aberto apenas o conjunto das subpastas temáticas referentes aos textos publicados no *Correioweb* em 2011, mas conjuntos idênticos estão ocultos nas pastas do mesmo jornal em 2012 e em 2013, e nas pastas anuais dos dois outros jornais pesquisados, também ocultas na Figura 1. A organização em pastas foi uma forma eficiente de iniciar a organização dos dados, mas para conseguirmos fazer cruzamentos entre essas informações (anos e temas) com os demais itens de codificação (ver a seguir), foi necessário transferi-las também para classificações. Assim, cada exemplar textual precisou ser classificado, e decidimos usar as seguintes classes: fonte (*Correio Braziliense*, *O Globo* ou *Folha de S. Paulo*), ano de publicação (2011, 2012 ou 2013), tema (drogas, outros temas, políticas públicas, violação de direitos ou violência), data (a data exata da publicação do texto), momento crítico (mapeamos momentos de especial densidade de representação da população em situação de rua nos veículos pesquisados) e tipo textual (consideramos os tipos narrativo e argumentativo, com classificação por predominância), como mostra a Figura 2:

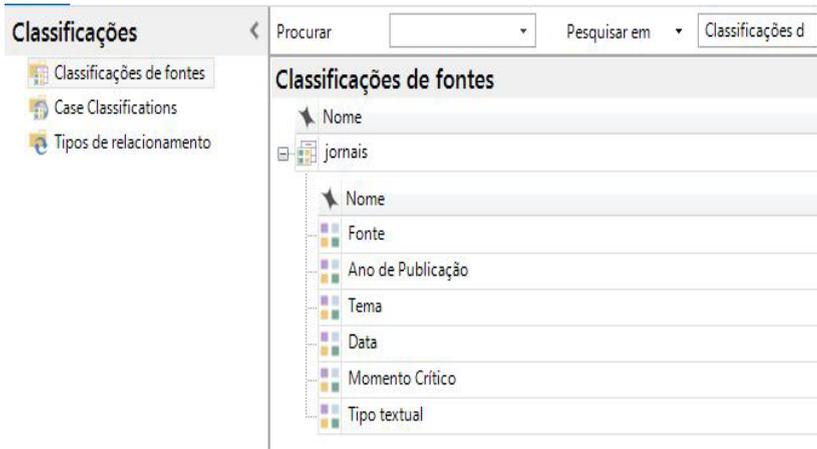


Figura 2 – Classificações para cada exemplar textual.

Os dados também foram organizados em categorias de preparação, com o objetivo de separar os dados em termos de mais dois conjuntos de informações: a assinatura (trata-se de texto assinado ou não?) e a editoria de publicação (em quais cadernos dos jornais publicam-se notícias e reportagens sobre a população em situação de rua?).

Em seguida, realizamos a principal etapa do trabalho de codificação: o mapeamento das categorias de análise. Nesta etapa pré-analítica de exploração do NVivo, consideramos as seguintes categorias de análise: ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’; ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’; ‘modos de referência a pessoas em situação de rua’ e ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’. À exceção da categoria ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’, em que a codificação foi teoricamente dirigida pela teoria de representação de atores sociais proposta por van Leeuwen (1997; 2008) (mas com a ressalva de que, nesta etapa inicial, consideramos apenas as oposições ‘representação individual/ coletiva’, ‘representação personalizada/ impersonalizada’ e a ‘representação por oposição nós/ eles’), as demais categorias foram preenchidas indutivamente, isto é, os códigos foram registrados conforme o mapeamento sugerido pela leitura dos próprios dados. Assim, temos um conjunto de vozes mapeadas em intertextualidade que não é necessariamente o mesmo para cada veículo,

e assim também para os modos de avaliação e os modos de referência. Como ilustração, a Figura 3, a seguir, mostra a árvore de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ para o *Correio Braziliense*:

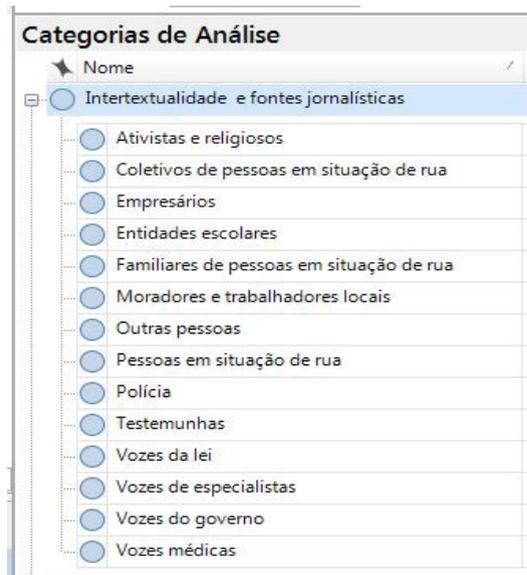


Figura 3 – Árvore de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ para o *Correio Braziliense*.

Essa descrição das etapas do trabalho de preparação dos dados e codificação pode sugerir que a organização dos dados no NVivo demanda muito tempo. E é verdade. Nossa equipe levou quase um ano apenas entre a coleta e a organização dos dados no *software*. Mas considerando que lidamos no projeto com 752 textos, quanto tempo levaríamos para proceder a essa organização sem a ajuda da ferramenta computacional? Parece-nos que um ano de trabalho não é tanto, se consideramos as consultas que o *software*, agora, permite-nos fazer. Na próxima seção, vamos explorar os dados cruzando apenas uma informação classificatória – os temas – e dois sistemas de codificação – ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ e ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ –, separando-se os dados por veículo.

4 Quem fala sobre a situação de rua no *Correio Braziliense* e em *O Globo* e que avaliações são feitas?

Nesta seção, apresento alguns resultados analíticos a que chegamos. As perguntas que orientam nossas descobertas neste artigo, favorecidas por recursos do *software*, são três, a saber: (1) Quando esses veículos jornalísticos eletrônicos representam a situação de rua, quais são as vozes convocadas a falar sobre/por essa população? (2) Sobre quais temas dá-se voz à própria população em situação de rua? (3) Como a população em situação de rua é avaliada nesses veículos jornalísticos eletrônicos?

Essas perguntas são orientadas por pesquisas anteriores, em que percebemos que a população em situação de rua raramente tem voz para se autorrepresentar em veículos jornalísticos, e que são frequentemente avaliadas como perigosas, incômodas e oportunistas (RESENDE, 2015b, por exemplo). Percebemos isso em estudos bastante localizados, voltados à análise de poucos textos, ou mesmo de apenas um texto por vez, tomado como objeto suficiente para o estudo de um caso específico (RESENDE; SILVA, no prelo; RESENDE, 2015a; 2015b; 2012; RESENDE; RAMALHO, 2013; RESENDE; SANTOS, 2012). Agora que contamos com três *corpora* que dão conta de todos os textos que referem diretamente a população em situação de rua (por meio dos termos ‘morador(a)(es) de rua’, ‘pessoa(s) em situação de rua’ e ‘população (em situação) de rua’) em três jornais pelo período de três anos, podemos nos perguntar, de forma mais abrangente, sobre as vozes convocadas quando se trata de pautar o assunto. Neste artigo, entretanto, consideramos apenas os textos que resultaram nas buscas nos portais do *Correio Braziliense* e de *O Globo*.

Para chegar aos resultados analíticos que passo a apresentar, utilizamos a ferramenta de análise ‘matriz de codificação’, que nos permite cruzar informações codificadas em diferentes nós/classificações. Assim, tomamos, por exemplo, todos os dados do *Correio Braziliense* e observamos como se preenchem os subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’, o que nos permite ver quais grupos sociais são convocados a falar sobre a situação de rua no jornal entre 2011 e 2013, e cruzamos esse nó (e seus subnós) com todas as classificações temáticas, o que nos permite conhecer quem fala sobre a situação de rua em relação a temas particulares. Assim mesmo, também podemos saber sobre quais temas convoca-se a própria população em situação de rua a falar.

Depois, cruzando os subnós relativos ao nó ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ com os subnós do nó ‘modos de avaliação da população em situação de rua’, podemos investigar como cada grupo social convocado a falar sobre a situação de rua avalia esse grupo populacional. E ainda podemos, por exemplo, comparar esses modos de avaliação quando se trata de representação coletiva e individual, por meio das codificações no nó ‘modos de representação da população em situação de rua’. Então, utilizando a ferramenta ‘matriz de codificação’, podemos entrecruzar as codificações feitas anteriormente e assim, nos fazemos perguntas sobre nossos dados – e é claro que uma pergunta sempre acaba levando a muitas outras.

4.1 *Correio Braziliense*

No universo de 166 textos, consideradas suas classificações por tema (drogas, outros temas, políticas públicas, violação de direitos ou violência) e suas codificações nos nós ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’, ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ e ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’, iniciamos pela consulta simples dos subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’, em que encontramos todas as fontes citadas nos 166 textos do jornal, ou seja, todas as vozes articuladas pela voz autoral jornalística quando se tratou de representar a situação de rua nos textos entre 2011 e 2013: ativistas e religiosos/as, coletivos de pessoas em situação de rua, empresários/as, entidades escolares, familiares de pessoas em situação de rua, moradores/as e trabalhadores/as locais, pessoas em situação de rua, outras pessoas, polícia, testemunhas, vozes da lei (advogados/as, juízes, tribunais), especialistas, vozes do governo (secretarias e outras instâncias de poder executivo), vozes médicas.

ProjetoCNPq-CB

ARQUIV INÍCIO CRIAR DADOS ANALISAR CONSULTA EXPLORAR PLANO EXIBIR

Nós

Procurar Pesquisar em Categorias de A

Categorias de Análise

Nome	Fontes	Referência
Intertextualidade e fontes jornalísticas	0	0
Ativistas e religiosos	2	4
Coletivos de pessoas em situação de rua	2	6
Empresários	1	1
Entidades escolares	1	3
Familiares de pessoas em situação de rua	2	3
Moradores e trabalhadores locais	18	50
Outras pessoas	3	7
Pessoas em situação de rua	28	67
Polícia	39	67
Testemunhas	17	26
Vozes da lei	56	91
Vozes de especialistas	25	69
Vozes do governo	26	60
Vozes médicas	9	12

Fontes

Figura 4 – Subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ no *Correio Braziliense*.

A simples visualização desses subnós e seu carregamento em fontes (textos) e referências (número de codificações para cada subnó) já nos mostra que as vozes predominantes quando se trata de representar a situação de rua no *Correio Braziliense*, tanto em termos do número de textos quanto de densidade de referências, são vozes da lei (do sistema judiciário) e da polícia. Vozes de especialistas também aparecem carregadas em referências, mas em menor número de textos, e o mesmo se observa para vozes do governo e da própria população em situação de rua. Além dessas, também sobressaem em número de referências as vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais.

A primeira matriz de codificação que executamos foi o cruzamento entre esse mapeamento de vozes convocadas a falar sobre a situação de

rua e as delimitações temáticas. Aqui, já sabendo quais grupos sociais são convocados a falar, interessou-nos saber sobre que temas falam esses grupos no *Correio Braziliense*.

TABELA 1

Presença de vozes em relação aos diferentes temas no *Correio Braziliense*.

	Drogas	Políticas Públicas	Violação de Direitos	Violência	Outros Temas
Ativistas e religiosos	0	1	0	3	0
Coletivos de pessoas em situação de rua	0	6	0	0	0
Empresários	0	1	0	0	0
Entidades escolares	3	0	0	0	0
Familiares de pessoas em situação de rua	0	0	0	2	1
Moradores e trabalhadores locais	2	8	5	17	9
Outras pessoas	0	0	0	3	4
Pessoas em situação de rua	0	14	2	20	30
Polícia	3	1	4	58	0
Testemunhas	5	0	0	20	1
Vozes da lei	2	5	11	62	0
Vozes de especialistas	1	34	7	10	14
Vozes do governo	2	26	15	3	4
Vozes médicas	1	0	1	9	1

Observada no sentido das linhas, essa tabela mostra quais são os grupos convocados a tratar de todos os temas: são vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais (falam principalmente sobre violência), de especialistas e do governo (estas últimas, principalmente sobre políticas públicas). Quando exploramos a tabela no sentido das colunas, por outro lado, podemos ver que o tema da violência é o mais carregado de diferentes vozes, o que pode indicar um tratamento mais complexo desse tema no jornal, ou pode ser simples decorrência do fato de que a violência é o tema mais frequente nos dados do *Correio Braziliense* (74 de 166 textos). É de se notar, também, que com tantas vozes convocadas a tratar de violência os coletivos de pessoas em situação de rua (seus movimentos sociais) não tenham espaço de fala sobre o assunto (nem sobre violação de direitos). Muitas vozes falam sobre violência, mas a presença é muito mais expressiva, em relação às demais, quando se trata das vozes da lei e da polícia. Por um lado, pode-se dizer que essa presença é esperada, já que trata, na maior parte dos casos, de notícias de teor policial. Por outro lado, isso mostra também que a violência contra

a população em situação de rua é tratada muito mais no âmbito do caso policial que da vida mesmo das pessoas – por exemplo, familiares de pessoas em situação de rua só são convocados/as sobre esse assunto duas vezes nos textos do *corpus*.

Quanto às pessoas em situação de rua, são ouvidas como fontes jornalísticas do *Correio Braziliense* quando se trata de falar, nessa ordem, de outros temas, violência, políticas públicas e violação de direitos. A maior frequência dessa voz em textos classificados como de outros temas merece comentário. Trata-se de textos que narram histórias singulares, como a aprovação de uma pessoa em situação de rua no vestibular, o caso de uma pessoa desaparecida que foi encontrada por um homem em situação de rua, um “andarilho-jardineiro” que cuida de jardins públicos por iniciativa própria etc. Como são poucos os textos classificados nessa temática (cinco de 2011, cinco de 2012 e nove de 2013: 19 textos), é notável que estejam aí as mais frequentes falas de pessoas em situação de rua.

Também fizemos o cruzamento de todos os subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ com todos os subnós do nó de codificação ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’. Com isso, buscávamos saber se e como essas vozes específicas avaliam a população em situação de rua em nosso *corpus* do *Correio Braziliense*. Já sabemos quais são as vozes que mais falam nesses textos, mas serão as mesmas vozes que mais avaliam? E que tipos de avaliação cada diferente voz realiza? Essas foram as perguntas que nortearam essa consulta, cujo resultado reproduzo na Tabela 2.

TABELA 2
Densidade de avaliações em relação a vozes no *Correio Braziliense*.

	Coletivos de PSR	Moradores locais	PSR	Vozes da lei	Especialistas	Vozes do governo
Acolhido	0	2	0	1	0	4
Artista	0	0	1	0	0	0
Boa	0	1	0	0	0	0
Depressivas	0	0	1	0	0	0
Desamparadas	2	1	0	0	0	1
Desonestas	0	2	0	0	0	0
Discriminadas	1	0	0	0	3	1
Doentes	1	0	1	0	0	1
Esforçado	0	0	1	0	0	0
Incômodas	0	20	0	3	7	3
Indisciplinados	0	0	1	0	0	0
Invisibilizados	0	0	1	0	0	0
Necessitadas	1	1	1	0	0	1
Oportunistas	0	6	2	0	2	1
Perigosas	0	8	1	7	3	2
Querido	0	1	0	0	0	0
Silenciados	0	0	1	0	0	0
Sujos	0	2	0	1	0	0
Trabalhadores	0	2	0	0	0	0
Traquilos	0	3	0	0	0	0
Viciados	1	2	2	6	0	0
Violentas	0	1	1	1	0	0

Na Tabela 2, figuram apenas as vozes que foram associadas a alguma avaliação de pessoas em situação de rua nos textos e, para melhor visualização dos dados, ocultamos as vozes que retornaram apenas um ou dois modos de avaliação, com baixa densidade (são elas: entidades escolares – viciadas [1] e tranquilas [1]; familiares de pessoas em situação de rua – viciadas [2]; outras pessoas – acolhidas [2] e perigosas [1]; polícia – perigosas [2]; testemunhas – perigosas [2] e viciadas [6] – ou seja, as avaliações mais frequentes entre as vozes que avaliam menos são como perigosas e viciadas, com ênfase nas vozes de testemunhas). Das

vozes que mais aparecem nos textos (conforme a consulta na Figura 4), as únicas que também estão entre as que mais avaliam são as vozes da lei e de especialistas, ambas com ênfase na avaliação como incômodas.

As vozes mais densamente codificadas em termos de avaliações sobre a população em situação de rua nos dados são de moradores/as e trabalhadores/as locais, o que indica a opção da voz jornalística por incluir avaliações sobre essa população especialmente por vozes não especializadas, que aparecem – sabemos por que lemos todos os textos, mas aqui não mostramos análises ou excertos – com força de testemunho, especialmente de situações indesejáveis. Entre os/as moradores/as locais a que os textos dão voz em conteúdos avaliativos, predominam as avaliações de pessoas em situação de rua como incômodas, perigosas e oportunistas.

Pessoas em situação de rua (PSR) têm suas vozes registradas quando se trata de uma diversidade de avaliações, pendendo desde esforçadas até violentas, mas com repetição apenas de viciadas. Olhando a tabela no sentido dessa coluna (PSR), vemos que há certas avaliações que só aparecem na articulação dessa voz: trata-se de valores positivos, como “artista” e “esforçado”, mas também valor negativo como “indisciplinado”. Mais relevante é a presença de avaliativos como “depressivas”, “invisibilizadas” e “silenciadas”, o que sinaliza um espaço de denúncia para a voz de pessoas em situação de rua no jornal, mas um espaço restrito, pois se trata de denúncias vocalizadas apenas uma vez cada, e que se restringem a dois textos (um com a avaliação como depressivas, e um com invisibilizadas e silenciadas).

Uma observação importante: nem todas as instâncias avaliativas de pessoas em situação de rua nos textos de nosso *corpus* do *Correio Braziliense* estão atribuídas a vozes externas à voz autoral: há codificações de modos de avaliação não coincidentes com codificações de intertextualidade e fontes jornalísticas. Ainda não estudamos esses textos detidamente, mas já podemos concluir que o *Correio Braziliense* permite-se fazer muitas avaliações sobre esse grupo populacional na própria voz jornalística. Foram mapeadas 330 instâncias de avaliação, das quais 127 aparecem atreladas à codificação de intertextualidade e fontes jornalísticas, ou seja, trata-se de avaliações atribuídas a outras vozes. Mas há outras 203 instâncias avaliativas, assumidas, mais ou menos explicitamente, na voz autoral.

Quando cruzamos os ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ com os ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’, encontramos que, quando representadas de forma coletiva, como grupo populacional, sua avaliação é mais negativa (como incômodas, perigosas e oportunistas, predominantemente) que quando representadas individualmente (a avaliação como perigosas permanece marcante, mas também aparecem esforçadas e necessitadas, predominantemente). Quando se trata de caracterizar personagens de histórias singulares, admite-se avaliação positiva, ainda que isso seja raro (apenas quatro avaliações como esforçadas e três como necessitadas – esta última não chega a ser positiva, figurando mais no campo da assistência, mas tampouco pende para as avaliações explicitamente negativas).

Como considerações gerais relativas aos dados até aqui estudados do *Correio Braziliense*, podemos concluir que o *Correio Braziliense* dedica um espaço considerável para testemunhos de moradores/as e trabalhadores/as locais. Trata-se de representantes das classes médias, geralmente, a quem a voz jornalística atribui testemunhos de incômodo e de risco, sobretudo. A moradores/as e trabalhadores/as locais são atribuídas também muitas avaliações de pessoas em situação de rua, com predominância de avaliações como incômodas, perigosas e oportunistas. A análise também sugere que a avaliação tende a ser mais negativa quando se trata de representar a população em situação de rua de modo coletivo, como grupo populacional, que nas representações de histórias individuais.

O mapeamento de vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais mostra que suas vozes são convocadas a falar de todos os cinco temas pelos quais classificamos nossos dados, mas principalmente sobre violência, que é também o tema mais carregado de diferentes vozes. O eco de vozes de pessoas em situação de rua, por outro lado, faz-se ouvir mais quando se trata de contar histórias singulares, em que se constroem personagens heroicas – um grande feito de superação, como aprovar-se em vestibular ou formar-se; uma boa ação, como ajudar a encontrar uma pessoa desaparecida; uma ação singela, quase romântica, como cuidar espontaneamente de um jardim público. É, assim, no grupo de textos classificados como outros temas que essas vozes mais aparecem.

Os textos que articulam nesse *corpus* a situação de rua e a violência são quase sempre notícias de fatos violentos das quais pessoas em situação de rua são vítimas. Neste artigo não falei dos modos de referência a pessoas em situação de rua nos textos, mas farei aqui um

pequeno adendo. O modo de referência mais frequente é, como já se espera, morador/a de rua. Mas o segundo modo mais frequente como os textos desse *corpus* referem pessoas em situação de rua é vítima (102 referências em 56 textos). São histórias de pessoas que tiveram o corpo queimado, de pessoas que foram alvejadas enquanto dormiam. Parece paradoxal que o mesmo grupo populacional a que se dirige forma tão terrível de violência como o assassinato pelo fogo seja tão frequentemente avaliado como perigoso, e tão raramente avaliado como vulnerável.

4.2 O Globo

Do jornal *O Globo*, foram coletados 121 textos publicados entre 2011 e 2013. Consideradas as mesmas classificações e codificações antes referidas, aqui também iniciamos pela consulta aos subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’, o que nos permitiu visualizar todas as fontes citadas nos 121 textos do jornal. As vozes articuladas pela voz autoral jornalística de *O Globo* quando se tratou de representar a situação de rua nos textos foram: agressores, ativistas e religiosos, empresários, moradores/as e trabalhadores/as locais, pessoas em situação de rua, polícia, testemunhas, vozes da lei, especialistas, vozes do governo e vozes médicas. Em comparação com o *Correio Braziliense*, temos uma diferença a notar no conjunto de vozes convocadas: *O Globo* abre espaço para vozes de agressores se manifestarem em cinco textos – se abrirmos essas ocorrências, vemos que se trata de justificativas para agressões cometidas contra pessoas em situação de rua, sempre baseadas em avaliações negativas das vítimas, como incômodas, oportunistas, viciadas.

ProjetoCNPq - OG (1).nvp - NVivo Pro

ARQUIV INÍCIO CRIAR DADOS ANALISAR CONSULTA EXPLORAR PLANO EXIBIR

Nós

Procurar [] Pesquisar em [] Categorias de A Localizar agora Apagar Busca e

Nós

- Categorias de Análise
- Categorias de Preparação
- Cases
- Relacionamentos
- Matrizes de nó

Categorias de Análise

Nome	Fontes	Referências
Intertextualidade e fontes jornalísticas		0
Agressores		5
Ativistas e religiosos		4
Empresários		1
Moradores e trabalhadores locais		15
Pessoas em situação de rua		17
Polícia		17
Testemunhas		5
Vozes da lei		2
Vozes de especialistas		6
Vozes do governo		23
Vozes médicas		3

Figura 5 – Subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ em *O Globo*.

A visualização desses subnós, com os números de textos que os atualizam (para o NVivo, fontes) e de referências (codificações de cada subnó) deixa ver as vozes predominantes na representação da situação de rua em *O Globo*. Vozes do governo estão presentes em 23 textos, sendo então as mais recorrentes em termos do número de textos que as atualizam, seguidas de pessoas em situação de rua e de vozes da polícia. Em termos do número de referências, as vozes mais carregadas de codificação são as do governo e de pessoas em situação de rua, seguidas de moradores/as locais e da polícia. A presença mais frequente de vozes de pessoas em situação de rua em *O Globo* é uma diferença em relação ao *Correio Braziliense*, o que pode sinalizar que o jornal carioca seja um ambiente mais democrático que o jornal da capital – isso, entretanto, só poderá ser afirmado com segurança quando olharmos para os conteúdos desses textos, em análise micro, já que nem sempre a presença de diferentes vozes realiza uma abertura efetiva para diferentes representações (RESENDE, 2008).

Interessou-nos, então, saber a respeito de quais temas essas vozes são convocadas a se manifestar, na articulação de fontes jornalísticas

que os textos empreendem. O resultado dessa consulta se expressa na Tabela 3, a seguir:

TABELA 3
Presença de vozes em relação aos diferentes temas em *O Globo*

	Drogas	Políticas Públicas	Violação de Direitos	Violência	Outros Temas
Agressores	0	0	0	5	0
Ativistas e religiosos	0	2	0	0	10
Empresários	0	0	0	1	0
Moradores e trabalhadores locais	2	19	2	2	3
Pessoas em situação de rua	0	0	0	13	31
Polícia	0	1	0	21	1
Testemunhas	0	1	0	7	0
Vozes da lei	0	0	0	3	0
Vozes de especialistas	0	6	0	6	2
Vozes do governo	6	28	2	7	1
Vozes médicas	0	0	0	4	0

O resultado dessa matriz aponta que as vozes do governo não apenas são as mais frequentes nos textos de *O Globo*, como também apresentam diversidade em termos de temas aos quais são articuladas: aparecem em todos os grupos temáticos, sendo mais carregadas nas referências a políticas públicas. A presença expressiva de vozes do governo no que se refere à representação da situação de rua pode ser considerada um bom indicador— por enquanto lidamos com suposições baseadas em indicadores, que depois usaremos como rota a explorar na próxima etapa do projeto —, já que nossa experiência na análise de textos sobre a situação de rua aponta, contrariamente, a um contumaz apagamento de responsabilidades do poder público na resolução de problemas relativos à situação de rua (ver, por exemplo, RESENDE, 2015a; 2015b). É claro que a simples presença, que é o que vemos nesta fase, não é suficiente para indicar se essas responsabilidades serão cobradas ou assumidas nos textos, ou se teremos apenas uma profusão de textos sobre a Operação Choque de Ordem, a chocante política (de ordem) pública da cidade do Rio de Janeiro, voltada para o recolhimento compulsório de pessoas em situação de rua. Por ora é o que nos parece mais provável, pois já conhecendo os textos do *corpus* de *O Globo*, sabemos que há alta densidade de textos sobre essa operação,

especialmente nos textos classificados na temática de políticas públicas, em que as vozes do governo são mais recorrentes.

As vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais, também frequentes no *corpus*, são as únicas que figuram ao lado das do governo no mapeamento temático: vozes de moradores/as locais também são articuladas a todos os temas, e isso só se observa para esses dois conjuntos de vozes (governo e moradores/as locais). As demais vozes são mais localizadas tematicamente: quatro vozes só são articuladas para falar sobre um tema: a violência (agressores, empresários, vozes da lei e vozes médicas); três vozes falam sobre apenas dois temas (ativistas e religiosos: políticas públicas e outros temas; pessoas em situação de rua: violência e outros; testemunhas: políticas públicas e violência); duas vozes articulam-se a três temas (a polícia é convocada a falar de políticas públicas, violência e outros temas – mas fala muito mais em textos de violência, e especialistas têm suas vozes articuladas a políticas públicas, violência e outros temas).

Desse levantamento, tiramos, de imediato, duas conclusões relevantes ao estudo. A primeira diz respeito à densidade da polifonia quando se trata do tema da violência: apenas um dos grupos (ativistas e religiosos) não é convocado para esse debate, e para vários grupos (agressores, empresários, vozes da lei, vozes médicas) esse é o único tema cuja pauta lhes convoca. A segunda conclusão diz respeito ao espaço de fala concedido em *O Globo* à população em situação de rua, que só é ouvida em violência ou, muito mais, em outros temas. A incidência de vozes de pessoas em situação de rua nos textos sobre violência é significativa porque, observados os textos em que o tema da violência e a presença dessas vozes se cruzam, temos espaço conferido para que pessoas em situação de rua falem sobre a violência que sofrem, para que testemunhem sobre sua experiência como vítimas de violência. Essas 13 referências (que ocorrem em apenas sete textos) merecerão uma investigação aprofundada. O tema mais frequente para vozes em situação de rua, contudo, são os outros temas (31 referências em 10 textos), espaço em que codificamos textos que tratam de histórias singulares, como uma aprovação em vestibular, uma relação especial com cães (isso mesmo), uma biblioteca de rua.

Também para *O Globo* executamos o cruzamento de todos os subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ com os de ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’, buscando saber se e como

essas vozes específicas avaliam a população em situação de rua nesse *corpus*. Sabendo quais são as vozes que mais falam nesses textos, também nos interessou saber quais são as vozes que mais avaliam a população em situação de rua e que tipos de avaliação realizam. O resultado dessa consulta é reproduzido na Tabela 4.

TABELA 4
Densidade de avaliações em relação a vozes em *O Globo*.

	Agressores	Moradores locais	Polícia	Especialistas	Governo
Acomodados	0	1	0	0	0
Desamparadas	0	1	0	1	1
Incômodas	2	11	1	0	0
Mal-educados	0	4	0	0	0
Oportunistas	1	1	0	0	2
Perigosas	1	7	1	0	0

As vozes predominantes na representação da situação de rua em *O Globo*, como vimos na Figura 5, são vozes do governo, de pessoas em situação de rua e da polícia, em número de textos, e do governo, de pessoas em situação de rua e de moradores/as locais, em números de referências. Das vozes que mais aparecem nos textos, também são as que mais avaliam as vozes de moradores/as locais: as vozes mais densamente codificadas em termos de avaliações sobre a população em situação de rua nos dados de *O Globo* – e é curioso que as vozes mais presentes façam pouca (governo e polícia) ou nenhuma (pessoas em situação de rua) avaliação. Entre os/as moradores/as locais a que os textos dão voz em conteúdos avaliativos, predominam as avaliações de pessoas em situação de rua como incômodas, perigosas e mal educadas, o que guarda notável semelhança com as avaliações também atribuídas a moradores/as locais no *Correio Braziliense*.

O mapeamento de instâncias avaliativas explícitas nos dois jornais mostra, entretanto, uma diferença importante entre ambos: o *Correio Braziliense* avalia muito mais explicitamente, tanto na própria voz autoral quanto na articulação de outras vozes. Em 166 textos do jornal, mapeamos 330 instâncias avaliativas, sendo 127 atribuídas a outras vozes e 203 assumidas na voz jornalística. No caso de *O Globo*, 121 textos resultaram apenas 64 referências no nó de modos de avaliação, dos quais

35 são atribuídos a outras vozes, a voz jornalística assumindo as outras 29. Assim, o *Correio Braziliense* não só avalia mais como assume mais avaliação, quando comparado com *O Globo*, que avalia bem menos e, quando avalia, atribui mais a outras vozes do que assimila na voz autoral.

Quando cruzamos os ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ com os ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’, atentando especificamente para a representação coletiva e individual, encontramos que pessoas em situação de rua são muito menos avaliadas quando sua representação é individual, tanto em termos do número de textos em que isso ocorre quanto em termos dos modos de avaliação que retornam da consulta –apenas como “acomodadas” e “vaidosas”. Quando se trata de avaliação coletiva, como grupo populacional, há mais densidade de avaliação, não só em termos do número de textos em que perspectivas avaliativas explícitas são traçadas, mas também dos modos de avaliação: “agressivas”, “desamparadas”, “incômodas”, “mal educadas”, “oportunistas” e “perigosas” – mas principalmente incômodas. Se cruzarmos os modos de avaliação com os diferentes temas, encontramos maior densidade avaliativa no tema das políticas públicas: “acomodadas”, “agressivas”, “desamparadas”, “incômodas”, “mal educadas”, “oportunistas” e “perigosas”. Neste tema, assim como nos temas drogas e violência, o modo de avaliação mais frequente é como “incômodas”. Em violação de direitos, por outro lado, o modo mais frequente de avaliação é como “perigosas”.

Assim, podemos concluir preliminarmente que no jornal *O Globo* a representação da situação de rua no jornal articula principalmente vozes do governo, de pessoas em situação de rua e da polícia (em número de textos), e do governo, de pessoas em situação de rua, de moradores/as locais e da polícia (em número de referências). Entre as vozes predominantes, apenas as vozes de moradores/as locais estão também densamente codificadas em termos de avaliações sobre a população em situação de rua. Nesse *corpus*, chama atenção que as vozes mais presentes articulem-se a pouca avaliação, no caso do governo e da polícia, ou nenhuma avaliação, no caso pessoas em situação de rua. Na articulação de vozes de moradores/as locais nos textos, as avaliações predominantes de pessoas em situação de rua são como incômodas, “perigosas” e “mal educadas”, à semelhança das avaliações também atribuídas a moradores/as locais no *Correio Braziliense*.

As vozes do governo e de moradores/as locais são as únicas articuladas a todos os temas em *O Globo*. As demais vozes são mais localizadas tematicamente, sendo a violência o tema de tratamento mais polifônico. *O Globo* abre espaço de fala para agressores de pessoas em situação de rua apresentarem justificativas para a violência praticada. A população em situação de rua só é ouvida sobre violência ou, muito mais, sobre outros temas, que, assim como no *Correio*, referem-se a histórias singulares.

O cruzamento dos subnós de ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ com os de ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’ em *O Globo* retorna o mesmo resultado observado para o *Correio*: pessoas em situação de rua são menos avaliadas quando sua representação é individual do que quando se trata de avaliação coletiva, como grupo populacional, quando são avaliadas como “agressivas”, “desamparadas”, “incômodas”, “mal educadas”, “oportunistas” e “perigosas” – mas principalmente incômodas.

Considerações finais-iniciais

O que discuti aqui foram resultados analíticos exploratórios, resultantes da utilização das ferramentas de codificação, classificação e matriz de codificação, oferecidas pela ferramenta computacional que escolhemos utilizar na pesquisa. Trata-se de resultados exploratórios iniciais, pois a fase seguinte do projeto é a análise micro, a análise fina de textos ou excertos selecionados dos *corpora*. A seleção será orientada pelos achados favorecidos pelo *software*, e permitirá uma ‘vista de lupa’ dos dados da pesquisa.

Obviamente, trabalhando com 287 textos nos dois *corpora* aqui tratados (e com mais de 750 textos no projeto integrado), a minúcia da análise discursiva crítica com que estou acostumada a lidar não é possível no conjunto dos dados desta investigação. Por isso, fez-se necessária esta fase inicial de exploração mais panorâmica dos dados. Aqui, o que obtivemos é uma análise macro, que dá conta de nos mostrar um comportamento geral dos textos em relação aos códigos inicialmente aplicados. Isso nos diz muito acerca da representação da população em situação de rua nos veículos jornalísticos eletrônicos investigados. A ferramenta também nos permitirá uma seleção rigorosa dos textos que em seguida receberão o escrutínio das categorias finas da ADC.

É claro que quanto mais se amplia um corpo de dados numa investigação, mantidos os prazos e os recursos humanos, menos se conquista em minúcia. Em análises como as que apresentei aqui, logramos uma visão panorâmica, um mapeamento que sem dúvida nos permite ver muito dos dados. Na próxima fase da pesquisa, lidando com casos selecionados, o interesse será outro: a dissecação do objeto, que para tanto deverá ser muito restringido. A análise macro permite-nos um olhar que atravessa os *corpora*, que os toma de telescópio, que oferece vislumbres de sua totalidade; apenas vislumbres, porque a totalidade é inalcançável. Por outro lado, a análise micro permitirá um olhar de corte, uma tomada de lupa, trazendo-nos de volta ao que já temos como zona de conforto: a análise discursiva propriamente dita. Mas agora voltaremos a ela com o olhar refinado que logramos ao nos permitir esse intervalo, ao nos obrigar o grande esforço que foi apreender outra ferramenta, na qual ainda tateamos cuidadosamente.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq o reconhecimento, na forma da bolsa de pesquisa concedida pelo projeto de investigação “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (CNPq 304075/2014-0). À Ingrid Ramalho agradeço por haver coletado e organizado dados do portal do *Correio Braziliense*; à Mariana Moura, por igual trabalho no portal de *O Globo*; à Lygia Vaz, pelo empenho com os dados intermináveis da *Folha de S. Paulo*; por fim, à colega Carolina Araújo, por nos haver aberto as portas do mundo que é o NVivo, e por estar presente nas sempre necessárias orientações que lhe demandamos. Também pelos cursos que têm ministrado no âmbito do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso – LabEC/UnB.

Referências

- ACOSTA, M. P. T. *Protagonismo face à inevitabilidade: vozes da rua em Ocas e O Trecheiro*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2012.
- BHASKAR, R. *Dialectic: the pulse of freedom*. London: Routledge, 2008.

BOURDIEU, P. O espaço dos pontos de vista. In: _____. (Org.). *A Miséria do Mundo*. Trad. M. S. Azevedo et al. Petrópolis: Vozes, 1997. p.11-15.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. São Paulo: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, 2008.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto Nº 7.053* - Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Disponível na Internet. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>.

BUARQUE, C. *Admirável mundo atual: dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

BUARQUE, C. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: University Press, 1999.

COLIN, D. Olhares sobre a construção da Política Nacional para a população em situação de rua. Comunicação apresentada no “Seminário Brasil – União Europeia para Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua”. Brasília, julho de 2013.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 4, 2005.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2.ed. New York: Longman, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. 3.ed. Revised by C. Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p.47-58, 2004.

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NUNES, M. R. Pronunciamento da Ministra da SEDH/PR no “Seminário Brasil – União Europeia para Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua”. Brasília, julho de 2013.

PARDO ABRIL, N. G. *¿Qué nos dicen? ¿Qué vemos? ¿Qué es... pobreza?* Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2008.

PARDO, M. L. Asociación discursiva entre pobreza y delito en un programa televisivo reproduzido en YouTube. In: PARDO ABRIL, N. G. *Discurso en la web: pobreza en YouTube*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. p.270-294.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, 2008.

RESENDE, V. M. ‘It’s not a matter of inhumanity’: a critical discourse analysis of an apartment building circular on ‘homeless people’. *Discourse & Society*, v. 20, p. 363-379, 2009a.

RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico*. Campinas: Pontes, 2009b.

RESENDE, V. M. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no *Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro*. *Linguagem em (Dis)Curso*, v. 12, n. 2, p.439-465, 2012.

RESENDE, V. M. A violação de direitos da população em situação de rua e a violência simbólica: representação discursiva no jornalismo on-line. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v.15, p.71-92, 2015a.

RESENDE, V. M. Violência simbólica: representação discursiva da extrema pobreza no Brasil - relações entre situação de rua e vizinhança. *Discurso & Sociedad*, v.9, p.106-128, 2015b.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. Inequality and representation: critical discourse analysis of news coverage about homelessness. In: PASCALE C. M. (Org.). *Social inequality & the politics of representation: a global landscape*. Washington: Sage, 2013. p.21-34.

RESENDE, V. M.; SANTOS, A. A. A representação de pessoas em situação de rua quando vítimas de chacina: uma análise discursiva crítica. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 12, p.81-102, 2012.

RESENDE, V. M.; SILVA, R. B. Critical discourse analysis: voice, silence and memory - one case about public sphere. *Critical Discourse Studies*, v.13, p.397-410, 2016.

RESENDE, V. M.; SILVA, R. B. Análise de discurso crítica e comunicação: quem é Rafael Braga Vieira em *O Globo.com*? In: MAGALHÃES, L. (Org.). *Discurso, Identidade e Subjetividade*, no prelo.

SANTOS, G. P. *O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, D. E. G. Representações discursivas da pobreza e gramática. *D.E.L.T.A.*, v. 25, p.721-731, 2009.

SOARES, L. T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Analysis. In: TANNEN, D. *et al.* (Org.). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001. p.352-371.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practices*. Oxford: Oxford University Press, 2008.